

## APRESENTAÇÃO

### A Construção social dos mercados e a crítica da Ciência Econômica

Maria A Chaves JARDIM<sup>1</sup>  
Ricardo Sapia CAMPOS<sup>2</sup>

A sociologia econômica pode ser entendida como uma investida da análise sociológica do mercado e da construção social deste. Aparece como uma alternativa à teoria econômica, aos estudos clássicos da economia, mais comumente chamados de neoclássicos. Pelo olhar da sociologia econômica, o mercado aparece como uma (importante), ou dependendo do recorte de análise, (principal) instituição. Uma idéia, que já aparece nos clássicos da sociologia, tais como Durkheim, Weber e Simmel, é que o mercado não é único, ou seja, existem “mercados”, e que mercado não é um ente autônomo à sociedade, logo, não é uma abstração teórica. Trata-se de uma formação historicamente definida no tempo e no espaço, formada por indivíduos, os quais, diferentemente do *homo racional* pregado pelos economistas, são homens e mulheres de carne e osso, cujas decisões, **nada racionais**, são orientadas pela cultura e pela formação simbólica na qual estão envolvidos. O próprio Marx deixou brechas para se pensar em “mercados paralelos ao grande mercado”, quando elaborou a conhecida “teoria-do-valor-trabalho”.

Na contemporaneidade (especialmente após 1970-1980), diversas correntes sociológicas se propõem a pensar a economia e o conceito de mercado. Nos Estados Unidos, primeiro país a colocar em prática formas de “inovações” do capitalismo, foi onde a sociologia fez seus primeiros ataques contemporâneos ao conceito de economia e de mercado.

Concretamente, podemos citar os autores da “Escola de Harvard”, especialmente Harrison White, representante da análise sociológica estrutural, fundada na análise de rede, que fez suas primeiras intervenções no final dos anos 1960, utilizando a aplicação de conceitos e métodos da sociologia, para a compreensão de objetos tradicionalmente estudados pelos economistas. Seus alunos, Marc Granovetter e Michael Schwartz, começaram a orientar teses e dissertações sobre mercado de trabalho e estruturas do capitalismo norte-americano e ainda, sobre a construção social de setores da atividade econômica. A partir dos anos 1980,

---

<sup>1</sup> UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Sociologia. Araraquara - SP - Brasil. 14.800-901 – majardim@nespom.com

<sup>2</sup> Bolsista FAPESP. Pós-Doutorado em Sociologia Rural. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP - Brasil. 14.800-901 - sapiacampos@yahoo.com

## Apresentação

---

Granovetter tornou-se referência da sociologia econômica dos Estados Unidos, cunhando conceitos como o de “enraizamento” – claramente inspirado no conceito *embeddedness* de Karl Polanyi - e o conceito de “construção social do mercado”. Esses conceitos são internacionalmente usados pelos sociólogos, inclusive os brasileiros. Portanto, Granovetter reivindicou o emprego da análise de redes em sociologia econômica, bem como a criação de uma nova disciplina, a nova sociologia econômica.

Nesse sentido, Granovetter defende que a produção da **nova** sociologia econômica é diferente daquele produzida pelos clássicos. O autor argumenta que a nova sociologia econômica trata da análise sociológica de temas econômicos fundamentais, tais como o mercado, os contratos, o dinheiro, o comércio e o banco, oferecendo uma descrição alternativa da atividade econômica cotidiano, enquanto que a sociologia econômica clássica só se preocupava com os pré-requisitos institucionais da vida econômica. Essa tese, longe de ser consensual, é objeto de crítica e de questionamento de autores que negam a idéia de uma **nova** sociologia e falam simplesmente em sociologia econômica. A idéia de sociologia econômica é compartilhada pela maior parte dos autores brasileiros e franceses, enquanto que a defesa de uma nova sociologia econômica domina o campo acadêmico nos Estados Unidos.

Na França, a renovação das discussões sociológicas sobre economia e mercado, acontece nos anos 1980. Pontualmente, em 1985, Bourdieu e sua equipe desenvolveram estudos empíricos sobre o mercado imobiliário e editorial, ambos na França. O objetivo explícito era uma crítica da ação da economia, permeada do poder de prescrição e da criação de obviedades e de senso comum. Com os conceitos de campo, de capital e de interesse, esse grupo questionou a supremacia das ciências econômicas enquanto produtoras e reprodutoras de crenças.

Lembramos que já no final dos anos 1960, início dos anos 1970, Bourdieu chamou a atenção para a existência de um descompasso entre o *habitus* econômico dos Cabilas na Argélia e o sistema capitalista, introduzido pelos colonizadores franceses. Por meio de estudos antropológicos realizados durante a guerra da libertação (1954-1962), observou um descompasso entre os dois sistemas econômicos, o capitalismo do Estado e o sistema econômico dessa civilização multissecular - baseado no dom, no contra dom e na solidariedade-, evidenciando uma guerra simbólica entre as duas formas de organizar mentalmente o mundo econômico (BOURDIEU, 1979).

Ainda, no final dos anos 1990 se desenvolveu na França e também no Quebec, uma corrente de análise (e promoção) de formas alternativas de se repensar a economia (solidária,

plural, cooperativa, etc.), que dialoga com uma ambição intelectual de repensar as relações entre social e economia.

A distinção de Bourdieu - que o faz ser um dos autores mais citados pelos sociólogos da economia - é sua crítica da ciência econômica, utilizando conceitos da sociologia do conhecimento científico. Nessa perspectiva, Bourdieu argumenta que erros científicos encontram seu princípio nos obstáculos sociais à aquisição do conhecimento. Assim, é nesse contexto que se encaixa a teoria sobre a “falácia escolástica”, a saber, a posição particular ocupada pelo cientista no espaço social, leva-o a considerar como princípio das práticas dos agentes sociais, suas próprias representações dessas práticas (crenças), ou ainda, os modelos teóricos elaborados para explicá-las, assim, a “[...] colocar seu pensamento pensando na cabeça dos agentes agindo.” (BOURDIEU, 2000, p.19). As estruturas mentais dos cientistas são, nesse sentido, suscetíveis de se contaminar pelas classificações sociais preexistentes, que funcionam como representações pré-formadas da realidade estudada (LEBARON, 2001). Em particular, é o caso de certas categorias ou pressupostos implícitos da ciência econômica, como a noção de mercado, “mito inteligente”, ou a visão do agente econômico (BOURDIEU, 2005).

A crítica feita por Bourdieu para a ciência econômica, revelando modelos de pensamentos produzidos e reproduzidos por essas representações, aliado aos seus conceitos teóricos que visam substituir conceitos da ciência econômica (por exemplo, o conceito de campo que substituiria o conceito de mercado), fazem de Pierre Bourdieu, o inspirador de um conjunto de críticas que visam substituir a economia por uma sociologia econômica. Bourdieu aparece como um dos autores mais citados no Brasil (LOPES, 2011).

No Brasil, diversas manifestações acontecem na busca da compreensão da economia e do mercado, numa perspectiva da sociologia. Como afirmamos, a influência francesa é bastante notável junto aos autores brasileiros, ainda que norte-americanos, como Richard Swedberg e Marc Granovetter, também estejam presentes nos grupos que promovem a sociologia econômica. No Brasil, a sociologia econômica é um “projeto em construção” (MONDADORE; JARDIM, 2009), um esforço de pesquisadores que dão continuidade às críticas feitas por Comte, Simmel, Marx, Weber e Durkheim à economia política da época em que viveram.

Considerando esse ambiente de crítica a ciência econômica e suas produções ideológicas, o objetivo desse *Dossiê* é o de evidenciar algumas contribuições brasileiras e mesmo internacionais na reflexão sobre os limites da ação econômica, demonstrando, empiricamente,

o quanto o conceito de mercado é culturalmente e socialmente construído por indivíduos e/ou grupos socializados. Nesse sentido, os textos que fazem parte desse *Dossiê* nos ajudam a questionar a crença na racionalidade e no *homo economicus*, propalada pela economia, ciência que inspira os desenhos das políticas públicas do país. Assim sendo, projetos sociais e políticas para o mercado de trabalho, para a agricultura, para o agronegócio, para o desenvolvimento sustentável, dentre outros, tendem a neutralizar as variáveis culturais, sociais, políticas e simbólicas, presentes no mundo social, em detrimento das variáveis de natureza econômica. Por si só, isso justifica a importância de estudos e manifestações que promovam estudos críticos das diversas construções do conceito de mercado, colocando em evidência sua natureza social, cultural e simbólica.

Portanto, a proposta desse *Dossiê* de Sociologia Econômica, intitulado *A Construção Social dos Mercados*, da **Revista Espaço de Diálogo e de Desconexão (REDD)**, é a de apresentar uma discussão variada, tanto em termos de posições metodológicas, quanto teóricas, tendo como fio condutor o objetivo de revelar a existência de variáveis culturais, sociais, políticas, simbólicas e econômicas, (até então consideradas invisíveis ou eufemizadas), presentes em todas as construções existentes de mercado, ou seja, revelar que o mercado é uma construção social.

Apresentamos, a seguir, os autores que compõem esse número:

No item dedicado a *Homenagem*, encontramos o texto de Janaina Oliveira, Natália Casagrande e Maria A Chaves Jardim, dedicado a antropóloga Mary Douglas, falecida em 2007, cuja obra tem inspirado de forma criativa os sociólogos da economia, sobretudo seu livro **Como as instituições pensam**.

O *Dossiê* se inicia com o artigo **A formação dos economistas e a ordem simbólica**, de Frédéric Lebaron, traduzido para a língua Portuguesa, especialmente para esse *Dossiê*. Nesse artigo, Lebaron faz uma crítica à ciência econômica, argumentando que a formação dos “economistas”, sejam eles “profissionais” (exercendo a profissão de economista, em toda sua diversidade, no seio das universidades, da administração pública, das organizações profissionais ou das empresas) ou simplesmente “diplomados em economia”, contribui em primeiro plano para a construção de uma ordem simbólica centrada no mercado. É nesse sentido, que o mercado se torna uma realidade social óbvia, quase natural - cujas “leis” se impõem ao conjunto dos atores sociais – já que o mercado foi formatado simbolicamente pelos atores de uma disciplina científica (a economia), sendo que o mercado socializou os agentes dominantes e é visto como universo de referência para as instituições políticas,

administrativas e econômicas. Com essas constatações (e provocações!), o texto de Lebaron se torna **leitura obrigatória** para aqueles que se interessam pela sociologia econômica.

Em seguida, temos o inédito texto de Marie-France Garcia Parpet, também escrito e traduzido para a língua Portuguesa especialmente para esse *Dossiê*, intitulado **Estudo de caso de ‘mercado auto-regulado’: normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica**, o qual deverá influenciar toda uma geração de estudantes e pesquisadores brasileiros, que se interessam por entender a construção social do mercado de produtos orgânicos, já que oferece diversos *insights* sobre as relações entre mercado e Estado, especialmente na constituição do dito “mercado verde”. Baseada em pesquisa de campo sobre a certificação dos produtos orgânicos detentores do selo de qualidade, o artigo examina a regulação dos mercados por normas voluntárias e observa como a lógica mercantil se introduz no interior das próprias relações que se pretende regular. No desenvolver de sua argumentação, a autora demonstra que a regulação realizada pelo Estado - por meio da legislação e de regulamentos -, está regredindo, em detrimento do aumento da fixação de padrões de qualidade por entidades privadas que, por sua vez, exercem suas atividades para além das fronteiras nacionais.

O próximo artigo, intitulado **A construção social dos mecanismos de qualificação e certificação entre reciprocidade e troca mercantil**, de autoria de Eric Sabourin, é outra boa inspiração para os estudos sobre o mercado de produtos orgânicos. Com pesquisa de campo realizada no Brasil, o autor faz uma comparação entre três sistemas de certificação de produtos agro-ecológicos, a saber, a certificação externa de grupo, a certificação participativa e a eco-certificação. O objetivo é desenvolver a hipótese de que a qualificação do produto introduz uma dimensão de reciprocidade numa relação de troca mercantil. Assim, os processos de qualificação podem contribuir para estabelecer uma relação de reciprocidade simétrica entre produtor e consumidor. Podem também concorrer para criar uma estrutura de compartilhamento (das normas de qualidade) no seio de um grupo ou de uma rede de produtores. No entanto, os mecanismos de qualificação e certificação podem também introduzir a exclusão de certos produtores e/ou consumidores quando gera um aumento dos custos de produção. Seu argumento é que a certificação da qualificação pode obedecer tanto a lógica da troca mercantil, como a lógica da reciprocidade, ou até à dinâmicas híbridas ou mistas.

Depois, Lúcia Helena Alves Muller e Décio Soares Vicente apresentam o texto **Vão-se os anéis: uma abordagem antropológica do penhor como instrumento de crédito**, cujo texto enfoca o penhor, uma instituição tradicional, que segue presente no mercado, concorrendo com uma grande diversidade de mecanismos de crédito que, em anos recentes, no Brasil, tem sido cada vez mais dirigido à população de baixa renda, sobretudo via Caixa Econômica Federal. Ao final da pesquisa, os autores argumentam que o penhor atende mais concentradamente às necessidades de determinados segmentos da classe média, que se encontram em processo de perda de poder aquisitivo ou mesmo de empobrecimento (funcionários públicos, aposentados, desempregados), já que a grande maioria dos contratos (70%) são feitos para o pagamento de dívidas, e não para a aquisição de bens ou para responder a outro tipo de necessidade de crédito.

O artigo **Vendendo segurança: A construção social dos mercados de vigilância e proteção na Argentina**, do argentino Federico Lorenc Valcarce, é outra referência que deve ser consultada não apenas por interessados pela sociologia econômica, mas ainda, por aqueles que se dedicam aos temas da violência, crime, proteção. Trata-se de texto escrito e traduzido para a língua Portuguesa, especialmente para esse *Dossiê*, em cujo texto, o autor oferece uma análise sistemática dos mercados da segurança privada na Argentina. Assim, analisando os princípios de estruturação e as relações de força que caracterizam o espaço dos produtores de serviços de segurança privada, considerando a diversidade de serviços oferecidos e os quadros que podem unificá-los, abordando o conteúdo retórico da prevenção que acompanha a comercialização destes serviços, a maneira pela qual eles se adaptam às demandas dos clientes e às necessidades que as organizações e os grupos satisfazem com o consumo desse tipo de produto, o autor demonstra com pesquisa empírica e análise teórica, que a produção de serviços de vigilância e de proteção constitui uma indústria, da mesma forma que as transações entre os produtores e os consumidores, se organizam em mercados.

O sexto artigo intitula-se **A densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do Banco do Povo**, da autoria de Maria Joaquina Goulart e Antonio Pedroso Neto. Por meio de pesquisa antropológica, os autores desenvolvem a hipótese de uma forte presença da gramática do clientelismo nas relações e práticas sociais da cadeia de relações do poder político local/estrutura organizacional/clientes. Esse achado científico constitui uma originalidade na literatura sobre o microcrédito, o qual leva os autores a tecerem

considerações sobre as inflexões que o poder político local imprime em toda a cadeia de relações, argumento ainda não registrado pela literatura existente.

Com o texto **Microcrédito no Brasil: uma agenda de política pública para o mercado de finanças**, a doutoranda Antonia Celene Miguel aponta que o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) lançado pelo governo federal no período Luís Inácio Lula da Silva, além de fazer parte dos programas de geração de trabalho e renda, expressa também uma política de inclusão social realizada via mercado financeiro, sendo que essa ampliação do acesso ao crédito através do microcrédito, vem colaborando para dinamizar o mercado de microfinanças em âmbito nacional. Portanto, em sua análise, a autora mostra o papel do Estado na formação e manutenção dos mercados, e que viabilizar o acesso ao crédito, tem sido interpretado não apenas como uma forma de garantir a inserção das pessoas no sistema financeiro, mas como um direito de serem incluídas socialmente na própria economia capitalista.

Contribuindo sobre a construção do mercado de trabalho, Karen Artur apresenta o texto **Construção da regulação do mercado de trabalho**, que faz uma junção original (e pouco vista na literatura de sociologia econômica do Brasil) entre ciência política, sociologia econômica e Direito. Nessa perspectiva, a relação entre direito e mercado é apresentada por meio dos processos institucionais e políticos discutidos na abordagem sociológica do direito e da economia, especialmente considerando as instituições do trabalho. Empiricamente, a autora analisa os esforços de sindicatos no Brasil para promover interpretações judiciais favoráveis à sua participação na negociação de demissões coletivas, de acordo com a Convenção 158 da OIT.

A contribuição de Júlio Cesar Donadone é sobre **A cartografia do espaço de consultoria brasileiro e as novas formas de recontextualização e Internacionalização dos intercâmbios e conteúdos gerenciais**. Seu texto busca compreender diretamente as articulações sociais que produzem internacionalização e as formas de naturalização dos conteúdos gerenciais; investiga os atores engajados na temática da consultoria, relacionando as consultorias em gestão, com os espaços sociais dos diversos agentes, que trabalham para a internacionalização econômica, bem como os cenários que eles constroem para realizá-la.

O *Dossiê* é concluído com o texto **O Mercado socialmente responsável**, de autoria de Marina de Sousa Sartore, que aponta a emergência do mercado do Investimento Socialmente Responsável (ISR) no Brasil, a partir da exploração sociológica do Índice de Sustentabilidade Empresarial, lançado na Bovespa em 2005. Após pesquisa de campo, a autora conclui que a

## Apresentação

---

constituição do mercado do ISR é muito menos o resultado de mecanismos automáticos de mercado, do que de uma convergência de elites buscando criar uma nova representação social no mundo das finanças.

No item dedicado a *Resenha*, o livro **Centralidades e fronteiras das empresas do século 21** (Edusc, 2011), de Julio Donadone e Maria A Chaves Jardim, foi detalhadamente comentado por Marcio Silva e Wellington Desidério, autores que indicam esse livro como bibliografia fundamental na sociologia econômica e chamam a atenção para os diversos temas prestigiados no livro (trabalho, produção, finanças). Além disso, os autores chamam a atenção para a presença de textos que prestigiam tanto a macro, como a micro sociologia e que se complementam no desenho teórico e metodológico das produções apresentadas.

No item **Estudos**, o *Dossiê* apresenta um levantamento teórico realizado por Thais Joi Martins, sobre **Elite Financeiras: A disputa e as estratégias de legitimação dos engenheiros de produção no Brasil**, tema que a autora tem se dedicado com afinco em seu Doutorado, realizado no Programa de Ciência Política da UFSCar. No texto, a autora busca respostas às transformações que acontecem na organização do trabalho dentro das empresas e às modificações no papel profissional dos agentes alocados no campo organizacional, visando compreender os processos e dinâmicas que ocorrem entre os agentes sociais (dirigentes) e a lógica organizacional das empresas do século 21, relacionando essas transformações com a lógica financeira. Essa primeira produção científica, oriunda do projeto de doutorado, deixa a promessa de uma tese de leitura obrigatória para os estudiosos da sociologia econômica.

Finalmente, o último texto do *Dossiê*, de Diego José Casagrande e Martin Mundo Neto, intitulado **Administração em cooperativas agroindustriais: uma análise das ferramentas organizacionais da Copersucar e da Coamo**. Nesse, os autores argumentam que a necessidade de concorrer num mercado cada vez mais dinâmico e globalizado impôs aos empreendimentos cooperativos a aplicação de modelos administrativos avançados, evidenciando a importância da governança corporativa. Deste modo, a profissionalização da gestão tornou-se o principal pilar para a manutenção das cooperativas no agronegócio.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O campo econômico. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.6, p.15-58, 2005.

## Apresentação

---

\_\_\_\_\_. **Les structures sociales de l'économie**. Paris: Seul, 2000.

\_\_\_\_\_. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Elos: Perspectiva, 1979.

LEBARON, F. O campo dos economistas franceses no fim dos anos 90: lutas de fronteira, autonomia e estrutura. **Mana**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.09-29, 2001.

LOPES, E. **Um balanço da sociologia econômica brasileira (2000-2010)**. 2011. Texto apresentado na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Grupo de Trabalho Sociologia Econômica, São Paulo, 2011.

MONDADORE, A. P.; JARDIM, M. **A chaves e outros: sociologia econômica e das finanças: um projeto em construção**. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.